

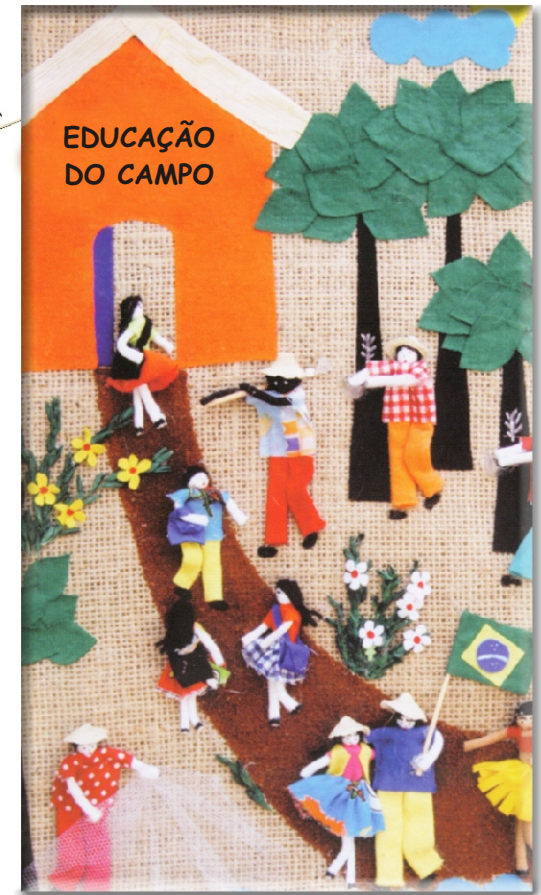
Regional Sul do Fórum Estadual de Educação do Campo

Por uma Educação do Campo de Qualidade



ENTRANDO EM CAMPO

**“Políticas Públicas e Projeto Político-
Pedagógico para as Escolas do Campo”**



**Relatório do Projeto “IV Conferência
Regional Sul de Educação do Campo”**

Ilhéus-Bahia, 24 a 26/11/2006

Regional Sul do Fórum Estadual de Educação do Campo

ENTRANDO EM CAMPO

**“Políticas Públicas e Projeto Político-
Pedagógico para as Escolas do Campo”**

**Relatório do Projeto “IV Conferência
Regional Sul de Educação do Campo”**

Ilhéus-Bahia, 24 a 26/11/2006

Regional Sul do Fórum Estadual de Educação do Campo

ITABUNA-BA, julho de 2007

Redação: José Carlos Sena Evangelista
FASE BAHIA / Secretaria Executiva do Regional Sul do FEEC

Fotografias: ir. Marize Riberio Amaral
CPT - Diocese de Itabuna

Projeto Gráfico, diagramação e capa:
Marcelo Ferreira (Centro Art's)

Apoio:
CESE Coordenadoria Ecumênica de Serviço Projeto 14858

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas públicas e Projeto Político-
Pedagógico para as escolas do Campo”

Regional Sul do Fórum Estadual
de Educação do Campo

Itabuna-BA, Julho de 2007. 20p

Coordenação do Regional Sul do FEEC - Gestão 2007/08:

SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL

- API/APLB Sindicato: Associação de Professores de Itabuna
Pça Getúlio Vargas, 15, 2º andar, sala 201, centro Itabuna Bahia
Fone: oxx-73-3212-2884
- EACMA Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves
Sítio Flor do Iguape. Caixa Postal 37 - 45650-000 Ilhéus BAHIA
Fone: 00xx. 73. 3639-2379
E-mail: eacma@hotmail.com
- FASE BAHIA (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)
Rua Rio Branco, 93, 1º andar, Califórnia 45604-165
ITABUNA BAHIA
Fone/fax: 0xx 73 -3613-9129
E-mail: faseba@gmail.com - Home page: www.fase.org.br
- MST (Movimento de Trabalhadores/as Rurais Sem Terra) - Regional Sul
Setor de Educação - Itabuna Bahia.
Email: educamstsulba@yahoo.com.br
- Secretaria Municipal de Educação de Jussari Bahia.
Rua Agenor de Souza Barreto, S/N, 45610-000 JUSSARI-BA
Fone: 0xx 73 3624 - 1020
- Secretaria Financeira
 - CETA SUL - Movimento Trabalhadores Assentados e Acampados Regional Sul da Bahia;
 - MLT - Movimento de Luta por Terra - Regional Sul da Bahia;
 - FASE Bahia;
 - Secretaria Municipal de Educação de Almadina;
 - Secretaria Municipal de Educação de Arataca.
- Secretaria de Formação
 - APJ/APLB - Associação de Professores de Jussari;
 - Conselho de Educadores Indígenas Tupinambá de Olivença;
 - DIREC - 7 (7ª Diretoria Regional de Educação) Itabuna - BA;
 - PÓLO SINDICAL SUL/FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia);
 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC (Departamento de Ciências da Educação)

ÍNDICE

1. O CONTEXTO DESTA PUBLICAÇÃO	05
2. HISTÓRICO DO FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	07
2.1. ARTICULAÇÃO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO	07
2.2. O FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO FEEC	08
2.3 O REGIONAL SUL DO FEEC	09
3. IV CONFERÊNCIA REGIONAL SUL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	09
3.1. OS ENCONTROS PREPARATÓRIOS OU PRÉ-CONFERÊNCIAS	09
3.2. A REALIZAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA REGIONAL	12
3.3. AS PROPOSTAS DA IV CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	15
4. OS CUSTOS DA IV CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20

1.0 CONTEXTO DESTA PUBLICAÇÃO

José Carlos Sena Evangelista - FASE-BA

Para início de conversa, vamos contextualizar a publicação desse relatório, trazendo à tona, um breve conceito de Educação do Campo, na esperança de que as pessoas que atuam nas escolas do campo passem a incorporar ao seu discurso este vocábulo e, que em breve não escutemos mais falar em educação rural. Mais do que isso, que sejamos testemunhas da transformação das práticas educativas existentes no campo, com base no respeito aos saberes da comunidade, da heterogeneidade dos sujeitos do campo e das práticas sociais existentes, e assim, teremos a identidade da escola do campo constituída, com base no projeto de sociedade que valorize o campo e os seres que nele vivem e produzem cultura.

“A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país”¹

Quanto à definição de educação do campo, podemos citar algumas, mas vamos preferir esta abaixo:

“Educação do Campo é um dizer novo que nasceu dos movimentos e das organizações sociais do campo, surgiu do meio das lutas de quem não se conforma com as coisas como estão. É um dizer novo que surgiu do meio dos sem terra, dos pequenos agricultores, dos atingidos por barragens, das mulheres camponesas, da juventude do campo, do meio das pastorais. Surgiu com ajuda de muitos estudiosos da educação, (...), educadores e educadoras que estão junto como o nosso povo do campo também lutado no campo da educação”².

¹Art 2,§ único da Resolução 01/03 da CEB/CNE (Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo)

²Via Campesina Brasil (MPA-MAB-MST-CPT-FEAB). Educação do Campo: direito de todos os camponeses e camponesas. Brasil: Via Campesina, 2006

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

É, portanto, um termo novo de uma prática de meio século, porque surgiu da experiência de *educação popular, que vem sendo praticada no Brasil, desde os anos 50 do século passado*, tendo entre seus defensores, o educador Paulo Freire. A educação, segundo ele, deve ter como objetivo maior desvelar as relações opressivas vividas pelos homens e mulheres, transformando-os(as) para que transformem o mundo. Na visão de Freire, a prática educativa não deve-se resumir ao ensino de leitura, escrita e cálculos matemáticos, ela precisa desvelar as contradições da sociedade vigente para a constituição de pessoas críticas e capazes de transformar a realidade em que vivem. Dessa forma, os conteúdos jamais poderão ser desvinculados da vida, da cultura e do mundo do trabalho.

Neste sentido, a educação para os povos camponeses, com vínculo na matriz do trabalho e da cultura, não se limita à escola formal, ela passa tanto por dentro da escola, como por fora dela (nas assembléias, nas marchas, nas ocupações, nas celebrações, brincadeiras, etc), e assim, “a escola cabe dentro da Educação do Campo, mas esta não cabe dentro da escola”.

Na região Sul da Bahia, está em curso, um esforço comum de entidades, movimentos sociais, secretarias de educação, etc, para promover o fórum de educação do campo. Neste contexto, é que realizou-se a IV Conferência Regional de Educação no Campo, objeto deste relatório.

2. HISTÓRICO DO FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

2.1. ARTICULAÇÃO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O processo de reflexão em torno da Educação Básica do Campo, foi iniciada no final do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, promovido pelo MST, em julho de 1997, em parceria com a UNB, UNICEF, UNESCO e CNBB. Estas entidades foram estimuladas pelo UNICEF, a ampliar o debate para outros movimentos sociais do campo. Em agosto de 1997, após a formação da Secretaria Executiva iniciaram-se os preparativos a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Foram elaborados calendário preparatório de atividades e um texto-base para subsidiar o debate nos encontros estaduais; montagem do projeto e financiamento; previsão da infra-estrutura e reuniões da coordenação ampliada antes da Conferência Nacional³.

Precedida de seminários estaduais, a I Conferência Nacional privilegiou as seguintes temáticas: “Desenvolvimento Rural e Educação no Brasil: perspectivas; Situação da educação Rural no Brasil e na América; Políticas Públicas em Educação no Brasil; Municipalização; Financiamento da Educação; Política Educacional para as Escolas Indígenas”. Neste encontro ainda foram apresentadas experiências elaboradas pela Via Campesina em educação infantil, ensino médio e profissionalizante, educação de jovens e adultos e formação de magistério. Ao final da conferência foi produzido um documento síntese com os compromissos, desafios, propostas e ações para os educadores e educadoras do campo. Tal processo teve o mérito de *“recolocar o Rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país (...) para a afirmação de um processo rico e promissor de construção da Educação Básica do campo”* (KOLLING, 1999)⁴.

³FEEC/RESAB. Relatório das Pré-Conferências Regionais “Educação do campo e para a convivência com o semi-árido: construindo perspectivas para um novo modelo de desenvolvimento” (2003).

⁴KOLLING, Edgar, Nery, MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). Por uma educação básica do campo. V.1. Brasília, 1999

A expressão “por uma educação do campo” refere-se à luta popular pela ampliação, acesso, permanência e direito à escola pública e pela construção de uma escola que esteja *no* campo, mas que também seja *do* campo; incorporando outras práticas educativas dos diferentes grupos que vivem no e do campo, todos os trabalhadores: índios, camponeses, quilombolas, assentados, roceiros, meeiros, rendeiros, bóia-fria, ribeirinhos, etc. A Educação Básica do campo como resultado da luta dos povos do campo, na construção de uma nova idéia de escola... A questão não é levar propostas para as escolas no campo, a Via Campesina fala da construção de escolas do campo com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo. Relaciona reforma agrária à educação, porque para os Movimentos Sociais do Campo *“terra é mais que terra e, educação mais que escola”*.

2.2. O FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO FEEC

Formalizado na Bahia, em 1999, com o objetivo maior de ser articulador e aglutinador de idéias e experiências relacionadas à educação do campo para que estas pudessem servir de referência para propostas de políticas públicas para a educação⁵.

Atualmente além da Secretaria Executiva, composta de 5 entidades, o FEEC tem representações nas seguintes regionais:

- Regional Chapada Diamantina
- Regional de Feira de Santana
- Regional de Irecê
- Regional de Juazeiro
- Regional Oeste
- Regional Sul

⁵FEEC/RESAB. Relatório citado

2.3 O REGIONAL SUL DO FEEC

O Regional Sul do FEEC é um espaço coletivo, não-institucionalizado, plural e democrático de debates sobre a educação do campo. Constituído de militantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais e pastorais sociais; e de educadores/as de escolas do campo (escolas de assentamentos e acampamentos, aldeias indígenas, quilombos, fazendas e comunidades rurais). Participam também, representantes de secretarias municipais de educação, secretarias municipais de agricultura, coordenadores/as e diretores/as de escolas públicas estaduais ou municipais e comunitárias; e funcionários de instituições públicas com atuação no campo.

A Finalidade deste *Fórum* é contribuir para efetiva participação da *sociedade civil do campo* na discussão e proposição de Políticas Públicas para as escolas do campo, consolidando o FEEC e seus atores sociais como protagonistas do intercâmbio de experiências educativas no meio rural do Sul da Bahia.

Foi criado em 2003, quando foi realizada a I Conferência Regional de Educação do Campo, em Ilhéus, de 26 a 28 de setembro com o tema: “Educação do Campo e Política Pública”.

Nos anos seguintes foram realizadas anualmente a Conferência Regional de Educação do Campo (a II em 2004, a III em 2005 e a IV em 2006), todas em Ilhéus.

3. IV CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

3.1. OS ENCONTROS PREPARATÓRIOS OU PRÉ-CONFERÊNCIAS

Etapa fundamental deste processo de preparação foram as Pré Conferências, planejadas para ampliarem a participação de gestores/as e de educadoras/es vinculadas às redes públicas municipais; e de ativistas dos setores de educação de movimentos sociais representativos dos diferentes povos do campo. Assim, participaram das 7 Pré Conferências pessoas integradas às lutas

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

pela reforma agrária; pelos direitos dos povos indígenas; pela defesa da agricultura familiar e camponesa; e pela afirmação da identidade e conquista das reivindicações de populações remanescentes de quilombos. As Pré Conferências também contribuíram para fazer o resgate e aumentar a divulgação das resoluções contidas na “Carta da Educação do Campo”, documento final da III Conferência Regional realizada em novembro de 2005.

Ao todo foram sete pré-conferências realizadas nas cidades pólo micro regionais de Coaraci 11/08/06; Camacan 22/09/06; Buerarema 20/10/06; Ilhéus 27/10/06; Mutuípe 07/11/06; Ubaitaba 10/11/06; e Ibicaraí 14/11/06; mobilizando 396 pessoas que elegeram 164 delegadas e delegados à IV Conferência, representando 32 municípios do Sul da Bahia e do Vale Jiquiriça, conforme se vê na sistematização a seguir transcrita:

- Almadina; Coaraci; Itapitanga; e Itajuípe (Sub-região de Coaraci);
- Arataca; Camacan; Mascote; Pau Brasil; e Santa Luzia (Sub-região de Camacan);
- Buerarema; Itabuna, Jussari; e São José da Vitória; (Sub-região de Itabuna);
- Canavieiras; Ilhéus; Una; e Uruçuca (Sub-região de Ilhéus);
- Cravolândia, Jiquiriça, Lages, Mutuípe e Tancredo Neves (Sub-região do Vale de Jiquiriça);
- Aurelino Leal; Ubaitaba; e Ubatã; Gongogi; Ibirapitanga (Sub-região de Ubaitaba);
- Firmino Alves, Ibicaraí, Itapé, Itororó, Itajú do Colônia e Santa Cruz da Vitória (Sub-região de Ibicaraí);

A pauta dos trabalhos foi semelhante nestas 7 Pré Conferências, abordando-se conceitos de políticas públicas em geral, e da política pública de educação em particular, utilizando-se material elaborado pela FASE na Campanha “O Brasil tem fome de direitos Art. 6º da Constituição



Trabalho em grupo durante
Pré Conferência Coaraci, 11/08/06

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

Federal”; além de textos e vídeos relacionados à luta pelo acesso ao direito à educação pública e de qualidade para os diferentes povos do campo.

As pré-Conferências também permitiram a realização de trabalhos em grupos e leituras coletivas de material relacionado à concepção, significado, e ao processo de elaboração de PPP's Projetos Político Pedagógicos de cada escola do campo existente nas diferentes realidades vigentes no Sul da Bahia. Este debate sobre o PPP foi acompanhado de reflexões e análises sobre as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo”, norma recentemente elaborada, e que sintetiza quase uma década de produção de conhecimentos sobre alternativas de políticas públicas para as escolas do campo.

Estes textos, normas e resoluções incorporam contribuições elaboradas por movimentos sociais e entidades sindicais de trabalhadores rurais comprometidos com o processo de construção e implementação da Educação do Campo, no Brasil. A socialização deste material durante as Pré Conferências, contribuiu para enfrentar o grave problema da ausência de canais regulares de repasse de informações sobre a política pública de Educação do Campo para as pessoas que efetivamente estão na ponta, trabalhando com filhos e filhas de assentados de reforma agrária, de assalariados do cacau, de meeiros, de agricultores familiares e camponeses, de indígenas e quilombolas. Durante os debates, os participantes puderam trocar experiências sobre alternativas de Educação do Campo já existentes no Sul da Bahia, como a Pedagogia da Alternância (Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves Ilhéus); ou as escolas implantadas em assentamentos de Reforma Agrária (MST; MLT; CETA; FETAG; FETRAF); além de conhecerem aspectos sobre outras iniciativas como as da Escola Ativa (implantada por várias Prefeituras), e as práticas adotadas nas Escolas Indígenas Tupinambá de Olivença, e na dos Pataxó Hã Hã Hãe (Pau Brasil).

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

Traço marcante destas Pré Conferências foi a disposição das educadoras e dos educadores do campo em participar, expondo os problemas enfrentados nas diferentes experiências de educação que acontecem no Sul da Bahia.



A situação da grande maioria das escolas do campo, principalmente as isoladas e de uma única sala, pertencentes às redes públicas municipais, preocupam, pois se verificam graves problemas, como a precariedade dos prédios escolares (muitas vezes nem são construções feitas para funcionarem como escolas, e sim residências ou barcaças, armazéns etc., existentes nas fazendas e que são emprestados ou alugados); a inexistência de pessoal de apoio nas escolas (merendeiras, zeladoras); não se tem ligações de energia elétrica e de água encanada; faltam condições apropriadas para a estadia da professora na localidade (onde se hospedar durante a semana). Permanecem também as classes multi-seriadas, em que uma única educadora é obrigada a ministrar aulas para alunos das 4 primeiras séries do ensino fundamental, simultaneamente, com alunas e alunos de idades diferentes.

3.2. A REALIZAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA REGIONAL



Promovida pelo Regional Sul do FEEC Fórum Estadual de Educação do Campo Bahia, e realizada nos dias 24 a 26 de novembro, no Acampamento Batista Teótopolis, em Ilhéus Ba, a IV Conferência foi muito rica em participação, em debates e contribuições para o trabalho educativo das escolas do campo.

O resultado da IV Conferência Regional de Educação no Campo foi positivo. Mais de vinte municípios do Sul da Bahia se fizeram representar com a participação de 132 delegados eleitos nas

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

Pré-Conferências realizadas entre setembro e novembro daquele ano. Além dos delegados, mais 22 observadores de diversas instituições e movimentos sociais interessados no tema participaram da Conferência que se realizou entre os dias 24 a 26/11/2006, em Ilhéus, na Bahia.

A referida conferência teve como objetivos:

- Contribuir na construção coletiva de conhecimentos sobre concepções de Educação do Campo; na proposição de alternativas de Políticas Públicas; e na elaboração do Projeto Político-Pedagógico para as escolas do campo no Sul da Bahia;
- Reunir em torno de 130 delegados e delegadas, eleitos nas 07 Pré-Conferências realizadas em 2006, representando pelo menos 28 municípios, provenientes dos setores governamentais e não governamentais, com a participação de mais 30 convidados/as;
- Intercambiar experiências, estudar e aprofundar a temática da Educação do Campo;
- Esboçar Plano Estratégico para a Educação do Campo no Sul da Bahia, tendo como base “a Carta da Educação do Campo” formulada na III Conferência Regional (2005).

A IV Conferência Regional de Educação do Campo contou com uma belíssima exposição da educadora Maria do Socorro Silva, assessora do SDT Secretaria de Desenvolvimento Territorial / MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário que falou sobre a



Palestra da Profª Socorro Silva na IV Conferência Regional

construção histórica do conceito de Educação do Campo, processo este onde a participação de atores coletivos realmente existentes nos diferentes biomas e contextos sócio-políticos brasileiros foi fundamental. Os participantes puderam perceber que o conceito de Educação do Campo está ligado à formação de sujeitos políticos emancipados, e não se reduz à mera localização espacial de prédios escolares na zona rural. Após a exposição, travaram-se animados debates que contribuíram para esclarecer e apontar perspectivas para a política pública da educação do campo, com

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

ênfase nos aspectos inerentes à relação entre Educação e Desenvolvimento do Campo, acesso a direitos e fortalecimento das lutas por um modelo de desenvolvimento ambientalmente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável.

A IV Conferência também trabalhou a temática das relações entre Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável, promovendo um debate sobre o avanço da monocultura do eucalipto no Sul da Bahia. Este ponto foi trabalhado pela FASE, representando o *Fórum de Luta, por Terra, Trabalho e Cidadania Região cacaueira*. Foi feito o estudo coletivo do panfleto Alerta Verde, sendo que mais de 2.000 cópias deste material didático foram distribuídos entre os participantes para posterior aplicação nas comunidades e escolas do campo, viabilizando maior acesso a informações sobre a ameaça que representa a implantação e ampliação da monocultura do eucalipto em nossa região. Os participantes também puderam assistir à exibição do vídeo “Cruzando o deserto verde” que mostra os impactos da monocultura do eucalipto para índios, quilombolas, agricultores familiares e trabalhadores do Espírito Santo e do Extremo Sul da Bahia.

Posteriormente a IV Conferência viabilizou uma Mesa Redonda sobre Educação e Idéias Sustentáveis, com a participação de movimentos sociais (CETA-Racaasul, FETRAF, FETAG e MST) e representações governamentais (Território Litoral Sul SDT; Secretário de Educação de Una). Houve momentos também para a exposição dialogada de relatos de experiências sobre a Pedagogia da Alternância Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves; sobre a Escola Ativa, feita pela Secretaria Municipal de Educação de Una; e sobre Educação Indígena, a cargo de professoras indígenas do povo Tupinambá de Olivença.

O professor e Deputado Estadual Zilton Rocha (PT Bahia), fez uma exposição sobre Políticas Públicas e perspectivas para a educação no futuro governo da Bahia; abordando também idéias e conceitos sobre como viabilizar a operacionalização de legislação já existente e que não vem sendo aplicada pelo Estado brasileiro. Já a

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

assessoria do Mandato do Deputado Federal Guilherme Menezes (PT Ba), expôs uma das alternativas de políticas públicas hoje existentes na esfera federal, o Programa Saberes da Terra. Esta exposição foi conduzida pelo educador Manoel Messias, de Vitória da Conquista.

Na noite do dia 25/11, os participantes da IV Conferência se uniram aos da XXIV Semana da Terra Eugênio Lyra, evento anualmente promovido pela AATR Associação de Advogado de Trabalhadores Rurais, cuja edição 2006 foi consagrada ao debate da situação e das lutas dos remanescentes de quilombos na Bahia, para conjuntamente realizarem uma “Noite Cultural” na Vila de Juerana, com apresentações artístico-culturais de dança e cultura afro, realizadas pela EACMA.

No domingo dia 24/11/06, os participantes da IV Conferência esboçaram um Plano de Ação Plano de Ação com reivindicações a serem encaminhadas aos governos municipais e ao governador da Bahia e divulgadas para a população.

3.3. AS PROPOSTAS DA IV CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

DIAGNÓSTICO

1. Muitas crianças, adolescentes e jovens “fora” ou “expulsos” da escola. Nem todas as comunidades rurais possuem escolas ou estas ficam longe das residências das pessoas que habitam no campo;
2. Má remuneração do profissional de educação, principalmente, aquele que atua em escola do campo, ou seja, o professor do campo, recebe menos que o da cidade;
3. Desconhecimento e não implementação nos municípios da Resolução 001/03 do CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica), mais conhecida como Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo;
4. Falta de qualificação profissional de educadores/as do campo;
5. As escolas no campo são insuficientes e a maioria delas são

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

- inadequadas;
6. Falta de recursos específicos para capacitação de professores e valorização dos que atuam nas escolas do campo
 7. Na maioria das escolas é urgente a constituição de projeto político pedagógico, com a identidade do campo;
 8. Dificuldade dos educadores realizarem uma prática pedagógica condizente com o contexto sócio-histórico dos educandos do campo;
 9. A maioria das escolas do campo não dispõe do projeto político pedagógico
 10. Falta articulação e discussão sobre a política pública de educação do campo.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SUL DA BAHIA

- 1) Os participantes da IV Conferência Regional de Educação do Campo reivindicam que os municípios redobrem os esforços para a universalização do Ensino Básico;
- 2) Que os municípios assumam a elaboração e aprovação de planos de carreira e estatutos do magistério, definindo remuneração condigna, com incentivos específicos para os professores de escolas do campo;
- 3) O Poder Público, o Ministério Público, as instituições e movimentos sociais devem promover todos os meios necessários para acelerar a implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo no Sul da Bahia;
- 4) O Poder Público deve garantir o espaço e as condições da formação continuada dos professores/as e de planejamento de ensino no período letivo, sem prejuízo ao calendário escolar do aluno;
- 5) O Poder Público deve assumir a construção de escolas para a população do campo, respeitando suas especificidades e seu calendário agrícola e em espaços geográficos que concentrem maior contingente da população camponesa;
- 6) Todas as instituições devem garantir a desenvolvimento de

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

- diálogos para a elaboração de Políticas Públicas que viabilizem a ampliação dos recursos financeiros destinados à construção de escolas e à capacitação de profissionais da educação do campo, através de parcerias com os movimentos sociais, Universidades, Conselhos Municipais de Educação e outras instituições;
- 7) Formação e qualificação vinculadas à educação do campo, junto às universidades públicas, mediante processos construídos coletivamente com os sujeitos do campo; as equipes técnicas contratadas; os movimentos sociais e os órgãos públicos responsáveis pela assistência técnica; valorizando os recursos naturais, a cultura popular, os valores éticos e o exercício da cidadania;
 - 8) O poder público deve promover a formação para os educadores (as) através do intercâmbio com universidades estaduais e federais, instituições de assessoria e movimentos sociais do campo;
 - 9) O poder público em parceria com movimentos sociais e entidades populares e sindicais, deve constituir redes de escolas, educadores/as e organizações sociais para construção e reconstrução permanente do Projeto Político-Pedagógico das escolas do campo, vinculando essas redes à política de formação profissional de educadores/as;
 - 10) O poder público deve assegurar a realização de concursos públicos para prover os quadros da educação com vagas específicas para as escolas do campo, evitando a contratação de prestação de serviços temporários;
 - 11) A comunidade local precisa mobilizar-se e reivindicar da secretária de saúde, atendimento médico clínico odontológico no meio rural;
 - 12) O poder público deve garantir melhorias e ampliação das estradas do campo, garantindo segurança e acesso às escolas; saneamento básico e infra-estrutura; educação diferenciada e não desigual;
 - 13) O Regional Sul do FEEC deve atuar na sensibilização dos gestores municipais (prefeitos/as e secretários/as em educação) para a importância da educação do campo, numa

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

região estritamente agrária, esperando com isso que as propostas aqui apresentadas possam sair do papel;

- 14) O Regional Sul do FEEC deve fazer levantamento de dados sobre as demandas do campo e realizar seminário para apresentação dos resultados das pesquisas;
- 15) As entidades representativas do Vale do Jiquiriça assumem o compromisso de organizar o regional do Fórum Estadual de Educação do Campo naquela região, e realizar a sua I Conferência Regional de Educação do Campo em 2007.

4. OS CUSTOS DA IV CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO.

A IV Conferência Regional de Educação do Campo Sul da Bahia, teve um custo de R\$ 20.000 (vinte mil reais), levando em consideração que durante os três dias do evento, participaram 155 pessoas, e nas 07 pré-conferências, as quais tiveram 396 participantes.

Para viabilizar esses eventos, o Regional Sul do FEEC, contou com apoio do CESE Coordenaria Ecumênica de Serviço, Projeto 14858, que aprovou R\$ 11.000,00 (onze mil reais) exclusivamente para alimentação e hospedagem dos participantes da IV Conferência Regional de Educação do Campo; entretanto, só foram utilizados R\$ 8.222,36 (oito mil, duzentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos). O Saldo de R\$ 2.777,64 (dois mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) foi utilizado parte na realização do Seminário de Planejamento 2007 e o restante na impressão de 500 exemplares desta publicação.

Além da CESE, outras instituições contribuíram com a realização do referido evento.

CARE Brasil Ilhéus 150 pastas p/ IV Conferência - R\$ 900,00 (novecentos reais)

EACMA 25 pastas para a IV Conferência e alimentação de participantes de uma pré-conferência (Ilhéus-27/10/06) - R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

FASE combustível, material didático Pré-Conferências e na IV

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

Conferência - R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Secretaria Municipal de Educação de UNA (cartazes e folder) - R\$ 300,00 (quatrocentos reais);

CPT Itabuna (combustível) e faixas - R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

INCRA (hospedagem de Maria do Socorro Silva e acompanhantes em um hotel na cidade de Ilhéus) - R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

MDA/SDT Território (Transporte Maria do Socorro Silva) Feira de Santana Ilhéus Feira de Santana - R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais)

Secretarias Municipais de Educação de Una, Buerarema, Arataca, Ubaitaba, Ibicaraí, Aurelino Leal, Jussará, Coaraci, Itapitanga, Camacan, Mutuípe, Itororó, Floresta Azul, Santa Cruz da Vitória, Firmino Alves, Itapé e São José da Vitória - transporte de delegados/as; lanches e alimentação nas Pré Conferências e na IV Conferência; parte do material didático

Câmara de Vereadores de Ibicaraí, IBEC, Maçonaria de Buerarema, Paróquia de Camacan, Paróquia de Ubaitaba e Paróquia de Mutuípe, contribuíram com a cessão do espaço para realização das pré-conferências;

Secretaria de Educação de Coaraci - infraestrutura e refeição dos participantes da Pré-Conferência realizada naquela cidade - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) aproximadamente;

Secretaria de Educação de Ibicaraí - infraestrutura e refeição dos participantes da Pré-Conferência realizada naquela cidade - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) aproximadamente;

Secretaria de Educação de Mutuípe - infraestrutura e refeição dos participantes da Pré-Conferência realizada naquela cidade - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) aproximadamente;

Secretaria de Educação de Ubaitaba - infraestrutura e refeição dos participantes da Pré-Conferência realizada naquela cidade - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) aproximadamente;

ARES Camacan e STR de Mutuípe, apoio na organização local das

ENTRANDO EM CAMPO

“Políticas Públicas e Projeto Político-Pedagógico para as Escolas do Campo”

pré-conferências nos seus municípios;
CETA Sul, CPT, EACMA, FASE, Pólo Sindical Sul - FETAG, STR
DE MUTUIPE e TALHER Sul da Bahia, na mobilização de
participantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação do projeto pela CESE, foi valiosa, pois garantiu a realização da IV Conferência Regional Sul de Educação no Campo, trazendo novo ânimo ao Regional Sul do FEEC.

Com o saldo do referido projeto, realizou-se ainda o seminário de avaliação em Itabuna, no dia 08/12/2006, e o Seminário de Planejamento 2007, em Ilhéus-BA, 16 e 17/02/2007, com a participação de 40 pessoas, oriundas de nove municípios e de 25 instituições (entidades, movimentos, secretarias, etc.). Foi um evento muito produtivo, principalmente porque conseguiu realizar uma avaliação mais participativa do Fórum Regional, e principalmente porque foi aprovado um novo arranjo organizacional do Fórum, através da formação de sub-regionais, com a finalidade de dinamizar e facilitar os contatos desse espaço coletivo com as pessoas, entidades, secretarias, associações, instituições e escolas que estão na base e cuja presença nas atividades regionais, é mais difícil.

Como resultado desse seminário, estão sendo organizados sub-regionais que estão tendo reuniões mensais e já estão agendando conferências municipais e intermunicipais de Educação do Campo, a exemplo do que ocorreu na cidade de Almadina, em 18/05/2007.